08/12/2015 - CEBDS assina Protocolo Climático de São Paulo, na COP 21

O Protocolo Climático do Governo do Estado de São Paulo foi assinado esta tarde em evento paralelo à COP 21, em Paris. O documento, firmado também pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e por empresas como a Schneider Electric, entre outras empresas e instituições, será replicado por outros estado do Brasil, como Goiás.
O protocolo foi apresentado pela secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Patrícia Iglesias. Segundo ela, o objetivo é incentivar o desenvolvimento sustentável aliado à baixa intensidade de carbono.
Entre as medidas preconizadas pelo protocolo estão a redução das emissões de gases de efeito estufa pelas empresas, eficiência energética e práticas de responsabilidade socioambiental. O estado e as empresas nele localizadas deverão ampliar suas vantagens competitivas ao tornar sua produção mais eficiente ao reduzir a intensidade do carbono em seus produtos.

Protocolo apresentado à ONU
O Protocolo Climático de São Paulo foi apresentado durante a COP 21, pela manhã, ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon. Christiana Figueres, secretária-executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas (UNFCCC, na sigla em inglês) destacou o pioneirismo de São Paulo, reafirmando a importância dos governos subnacionais na criação de políticas climáticas.

Como o setor empresarial está se adaptando aos riscos climáticos?
A pergunta sobre como o setor empresarial está se adaptando aos riscos climáticos foi a questão-chave da apresentação da presidente do CEBDS, Marina Grossi, na manhã de hoje, durante o evento realizado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo na Embaixada Brasileira em Paris.
Na ocasião, Marina apresentou o documento “Riscos Climáticos: como o setor empresarial está se adaptando?”, que visa a contribuir para que as empresas incorporem o fator clima em seu planejamento estratégico, em especial o processo de gestão de riscos.
De acordo com Marina, nos últimos anos, a principal preocupação das corporações em relação às mudanças climáticas estava relacionada à mitigação – esforços para reduzir a quantidade de emissões produzidas pelos ativos sob sua gestão (como por exemplo centrais elétricas, edifícios, veículos, agricultura entre outras fontes).
No entanto, o estudo elaborado pelo CEBDS revela que a diversidade de cenários projetados por organismos internacionais de pesquisa tem demonstrado que as mudanças climáticas representam riscos para as empresas, especialmente para aquelas que operam em regiões vulneráveis ou em setores intensivos no uso de combustíveis de origem fóssil.
Durante sua apresentação, Marina Grossi falou sobre o case de agricultura sustentável do Santander.

Brasil é um dos líderes nas discussões sobre mitigação
Damian Ryan, chefe de Política Internacional do The Climate Group, analisa a COP 21 e diz

que, desde a última segunda feira, ministros de oito países, entre os quais o Brasil, lideram quatro principais processos de consultas que abrangem: Suporte: meios de implementação do acordo global do clima (financiamento, tecnologias e capacitação), liderado pelo Gabão e Alemanha; Diferenciação: em particular no que se refere à mitigação, financiamento e transparência, liderado pelo Brasil e por Cingapura; Ambição: incluindo metas de longo prazo e revisão o periódica, liderado por Santa Lúcia (país insular das Pequenas Ilhas, no Caribe) e Noruega; e Aceleração da ação 2020, que exclui financiamento pré-2020, liderado pela Gâmbia e Reino Unido.
Segundo ele, os ministros devem ler o acordo de Paris como mais do que um acordo diplomático entre nações. É um estímulo à economia real, com potencial para desbloquear trilhões de dólares em investimentos de baixo carbono.
Para acesso à análise completa, acesse http://www.theclimategroup.org/what-we-do/news-and-blogs/cop21-getting-down-to-business/.

Tecnologias de baixo carbono vão gerar oportunidades de trilhões
Análise publicada pelo GreenBiz também ressalta as oportunidades de negócios de trilhões de dólares para as tecnologias de baixo carbono. De acordo com o texto, não será fácil chegar a um acordo legalmente vinculante (com força de lei internacional) capaz de reduzir as emissões de gases de efeito estufa aos níveis considerados seguros pela comunidade científica.
A união das iniciativas pública e privada proposta pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), representado no Brasil pelo CEBDS, pode viabilizar 65% das metas voluntárias apresentadas às Nações Unidas pelos países (INDCs), base do acordo global que está sendo negociado em Paris.
O texto ressalta que a iniciativa Parcerias de Tecnologia de Baixo Carbono (LCPTi), lançada na COP 20, no Peru, fornece uma plataforma para que as empresas desempenhem um papel mais decisivo na incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Segundo o texto, o LCTPi pode ajudar a superar as barreiras e entraves do mercado e criar novas oportunidades de investimento, abrindo também canais de financiamento para a economia de baixo carbono. A estimativa é de US$ 5 trilhões a US$ 10 trilhões em novas oportunidades, além de milhões de empregos de agora a 2030.
O texto do GreenBiz destaca ainda as nove áreas trabalhadas pelo LCPTi, informando que a geração de energias renováveis pode mais que dobrar até 2025.
Para acesso à análise completa, acessar http://www.greenbiz.com/article/low-carbon-tech-opportunity-trillions.

We Mean business divulga mensagens ao setor privado
Nesta terça-feira, o We Mean Business divulgou mensagens consideradas importantes para nortear a ação do setor privado na COP 21. Abaixo, algumas mensagens:
· O setor privado precisa de metas claras de longo prazo bem antes do final do século. O que mais importa é começar o mais rápido possível.
· As empresas ouvem a voz das populações vulneráveis. Metas ambiciosas que vigorem a partir de 2020 são o único caminho para alcançar a meta ambiciosa de limitar o aquecimento global a 1,5°C.
· Chefes de Governo precisam entender que o custo de mobilizar US $ 100 bilhões – montante previsto em 2009 como contribuição dos países desenvolvidos – compensam os benefícios dos trilhões de dólares que serão desbloqueados, e instruir seus ministros para

garantirem um acordo ambicioso.

· As empresas confiam na Presidência da COP 21 para garantir um acordo ambicioso. Outras partes precisam confiar neles também. É hora de a Presidência conduzir-nos para a frente.

inpresspni